



Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

EXPANSÃO URBANA EM MANAUS E CONFLITOS AMBIENTAIS: O CASO TARUMÃ NA ZONA OESTE DA CIDADE

Edilza Laray de Jesus (UEA - AM) - edilzalaray@uol.com.br

Professora concursada da Universidade do Estado do Amazonas, Dra. em Educação (UFRGS), MSc. em Educação Ambiental (FURG) e Licenciada em Geografia (UFAM). Desenvolve pesquisa e extensão em comunidades rurais no AM.

Liliane Praia Portela de Aguiar (UEA - AM) - l.praia@yahoo.com.br

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, Professora da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no CDS – UNB e bolsista da FAPEAM.

EXPANSÃO URBANA EM MANAUS E CONFLITOS AMBIENTAIS: O CASO TARUMÃ NA ZONA OESTE DA CIDADE

Eixo Temático: Ecologia Social, conflitos socioambientais e sociopolíticos, ética e normas sociais.

Resumo: Este artigo trata da expansão urbana na cidade de Manaus e os conflitos socioambientais que se estabelecem no confronto entre a economia gerada pelo Pólo Industrial de Manaus (PIM) e sua capacidade atrativa para a capital do Estado do Amazonas. Evidencia a ausência de políticas públicas capazes de dar conta da dinâmica socioeconômica e ambiental que tem como consequência conflitos ambientais e ações compensatórias por parte do poder público. A proposta do trabalho é analisar o processo de expansão urbana na cidade de Manaus e os aspectos que influenciam conflitos ambientais na cidade, como é o caso da Comunidade José de Alencar, ocorrida há três meses em Área de Proteção Ambiental de 20 mil metros quadrados e já com 1.223 famílias configurando-se em mais ou menos seis mil pessoas no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus.

Palavras-chave: Manaus, expansão urbana, políticas públicas e conflitos ambientais.

Abstract: This article discusses about urban sprawl in the city of Manaus and social and environmental conflicts that are established in the confrontation between the economy produced by the Industrial Pole of Manaus (PIM) and its attractive ability to capital of Amazonas State. Highlights the lack of public policies able to monitorate socioeconomic and environmental dynamics which is consequence of environmental conflicts and compensatory actions by authorities. The purpose of this study is to analyze the process of urban expansion on Manaus and the factors of influence of environmental conflicts in the city, as is the case of José de Alencar's Community, which occurred three months ago into Environmental Protection Area of 20 thousand square meters and has 1.223 families with setting in about six thousand people in the neighborhood of Tarumã, located in the West Zone of Manaus.

Keywords: Manaus, urban sprawl, public policy and conflict environment.

EXPANSÃO URBANA EM MANAUS E CONFLITOS AMBIENTAIS: O CASO TARUMÃ NA ZONA OESTE DA CIDADE

Introdução

Manaus é a capital do estado do Amazonas, o maior da federação, com área territorial de 1.570.745.680 km² e contingente populacional aproximado de 2 milhões de pessoas. Como cidade encravada na floresta amazônica às margens do Rio Negro, desde o período áureo da borracha em meados do século XIX e início do século XX, vive momentos de riqueza e ostentação com os barões da borracha associada ao ufanismo de políticos que na condição de gestores municipais e estaduais tentaram europeizá-la por meio da criação de espaços-enclaves como é o Teatro Amazonas e a Alfândega, para citar alguns. Mais recentemente ganhou notoriedade brasileira por ser escolhida como uma das sedes da Copa de 2014 e porque conserva 97% da floresta intacta, considerada pelo INPE como a menor taxa de desmatamento da Amazônia Legal. Esta cidade conjuga atraso e modernidade, preservação e destruição ambiental, avanços e retrocessos, tratados neste artigo como conflitos socioambientais e sociopolíticos. Durante o regime militar recebeu injeção econômica por meio da Zona Franca de Manaus para polarizar o desenvolvimento para as regiões adjacentes consideradas como subdesenvolvidas. Se por um lado os ganhos econômicos projetam Manaus como o 4º PIB entre as capitais brasileiras devido ao Pólo Industrial, por outro as condições de vida dos residentes nas zonas rurais e a falta de emprego em estados próximos ao Amazonas constituem fator de expulsão rumo à capital amazonense. Em decorrência dessa dinâmica, associada à falta de planejamento urbano e políticas públicas para dar conta desta realidade, são frequentes as ocupações nas margens dos igarapés e nas zonas periféricas, como demonstra o texto. Como procedimento de investigação optou-se pela pesquisa bibliográfica em livros, jornais e em sites que puderam contribuir para a compreensão do tema.

Manaus: breve história da expansão da cidade

Refletir sobre a expansão urbana e os conflitos ambientais em Manaus implica compreender o processo de urbanização¹ e a problemática do desenvolvimento econômico regional, historicamente permeados pelas contradições que os avanços econômicos engendraram.

No período após a segunda guerra mundial a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) como um dos organismos para promover o desenvolvimento econômico e integrar paulatinamente esta região aos países industrializados que injetariam recursos econômicos, logicamente objetivando privilégios para eles, como analisa Jesus (2009).

Manaus, localizada próximo a confluência dos rios Negro e Solimões com a seguintes coordenadas geográfica: Latitude: - 03° 06'07" e Longitude: - 60°01'30. Com forte adensamento populacional próximo de dois milhões de habitantes é rica em atrativos naturais, responsáveis pelo número crescente de turistas e ecoturistas oriundos de todo o mundo. Seu patrimônio histórico e cultural está nos palácios, museus, teatro e bibliotecas. A economia gerada no Pólo Industrial a confere a Manaus o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) entre as capitais brasileiras (IBGE, 2010). Como se observa na figura 1, água e floresta contornam a cidade.



¹ Para esta compreensão adotamos Castells (1973) como referência, especialmente ao apresentar dois sentidos para este processo: a) concentração especial de uma população e a difusão de sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado cultura.

Figura 1. A cidade de Manaus

Fonte: Google Maps, 2011.

Distante dos grandes centros urbanos do país, Manaus foi escolhida como cidade para abrigar a Zona Franca sob os auspícios economicistas combinado com a ditadura militar dos anos de 1964. Assim sendo, foi pensada como uma região pólo com forças favoráveis ao processo de concentração para mais tarde dotar novos pólos (ou nódulos secundários) em regiões menos favorecidas, como explica a Teoria da Polarização de François Perroux e de Albert Hirschman (in SALAZAR 2006, p. 159).

Dessa maneira Manaus passa a ser disputada como local para a materialização de diferentes interesses de ordem política e econômica que lhe conferiu feição malformada como a do ornitorrinco, bicho que é uma mistura esdrúxula da coisa mais avançada do capitalismo financeiro com a coisa mais atrasada do subdesenvolvimento, usado como metáfora por Oliveira (2003b), para expressar o truncado modelo de desenvolvimento brasileiro.

A história da cidade de Manaus acerca de sua expansão urbana reporta-se ao final do século XIX e ao começo do século XX sob a administração de Eduardo Ribeiro.

Usufruindo os benefícios econômicos da produção da borracha, Manaus revestiu-se de um cenário que foi construído pouco a pouco com a importação do modelo franco-inglês para a arquitetura com a incorporação de novos hábitos ao *modus-vivendis* de seus habitantes.

As construções outrora de feição índio-cabocla, ganharam a exigência de um modelo de construção européia, empurrando os despossuídos economicamente para a periferia dos bairros que surgiam como Tocos (atual Aparecida), Mocó (Boulevard Álvaro Maia), São Raimundo e Educandos.

Se surgiam espaços planejados e organizados para o que se convencionou chamar centro da cidade, como as avenidas Eduardo Ribeiro, Joaquim Nabuco e Getúlio Vargas, surgiam também outros desorganizados, ocupados irracionalmente, com infraestrutura precária.

Tanto para um caso como para outro, o que se viu foi uma transformação consubstancial do meio ambiente em seu primeiro estágio, qual seja, a cidade era, genealogicamente permeada por floresta e recortada por igarapés e sofreu mudanças em seu espaço geográfico com aterros contínuos e desmatamentos para as novas edificações.

A visão nada sustentável dos gestores desta época legou para a cidade de Manaus uma relação extremamente crítica dos habitantes em relação à natureza. Inculcados por modelos que submetiam a natureza primeira da cidade ao niilismo, os habitantes de Manaus contribuíram para a descaracterização de seu território, movidos pela pressão educativa² exercida pelas elites e coadjuvada pelos aparelhos ideológicos da época (jornais e Código de Postura) que exigiam construções e mesmo comportamentos rigidamente preconizados em seus textos.

Esgotadas as “benesses” do primeiro ciclo econômico, Manaus começou a viver as conseqüências das relações de produção em todo o seu espaço, setorizado, reduzido a meio homogêneo e [...] fragmentado, diferenciado e vendida aos pedaços (OLIVEIRA, 2003a, p.23).

Tal assertiva corrobora a idéia de modificação do sítio urbano de Manaus incrementado com a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967 pelos governos militares com o intuito de preencher o “vazio demográfico” em que se encontrava o Amazonas em relação ao restante do país.

O vazio demográfico ainda permanece com relação ao estado do Amazonas, mas não se pode dizer o mesmo quanto à cidade de Manaus, com alterações significativas no meio ambiente e graves conseqüências para a qualidade de vida de seus habitantes.

O modelo Zona Franca pode ser analisado em dois momentos históricos distintos e complementares: o primeiro, com duração aproximada de 20 anos com feição

² “Pressão educativa” entendida no sentido gramsciano, ligada à idéia de direito/normas que juntamente com as instituições da sociedade civil, entre elas os meios de comunicação e, no período histórico a que nos referimos no parágrafo, precisamente os jornais; leva os indivíduos a se incorporarem no coletivo assimilando costumes, modo de agir, moralidade etc. com consentimento e colaboração. (AGUIAR, Lileane. Belle Époque: Dois atos, dois palcos. Dissertação de Mestrado, PPGSCA, Manaus: UFAM, 2003).

comercial estrita e o segundo, que permanece na atualidade, com a implantação e expansão do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

Este primeiro modelo favoreceu a instalação de importadoras de produtos os mais variados, dando início à primeira modalidade de turismo no estado do Amazonas, o turismo de compras. Para se ter idéia, somente no ano de 1990 o comércio manauara importou trezentos mil dólares em mercadorias e empregou cerca de 80.000 pessoas (SALAZAR, 2006, p. 262).

Neste momento, a cidade começa a viver um período de maior expansão urbana em função da vinda das pessoas do interior para a capital, movidas, por um lado, pela ausência de infraestrutura básica como escolas, atendimento médico e postos de empregos que, conjugados, constituem fator de expulsão no sentido rural-urbano. Por outro, os interioranos viam na cidade a chance de trabalho e renda, além da “satisfação” das necessidades não contempladas em suas regiões. Acrescenta-se a esse processo de expansão urbana a presença de oriundos de outros estados da federação como o Pará, Rondônia, Maranhão e Acre (CARVALHO, 2010) que constituíram uma nova categoria profissional, a dos comerciários.

Tal conjuntura desencadeia problemas socioambientais que vão do subemprego até as ocupações desordenadas nos leitos dos igarapés que se agravaram ao longo dos anos como observa Scherer (2009, p.130):

A partir das décadas de 60 e 70 a cidade sofreu inúmeras transformações. A dinâmica econômica mudou o cenário urbano. A cidade cresceu, singrou a floresta, as personagens e atores sociais mudaram. A organização do trabalho e a estrutura da sociabilidade são outras. O legado social deixado nos anos do apogeu da borracha e do período chamado de *estagnação* soma-se com as novas desigualdades socialmente produzidas na atualidade.

A despeito dos efeitos negativos decorrentes das estratégias do capitalismo em procurar sempre novas formas de expansão e conquista de espaços visando ao crescimento econômico, pode-se inferir, que neste primeiro momento, amazonenses e amazônidas vivem o paradoxo do desenvolvimento nesta região: o

convívio da miséria, da pobreza e da exclusão numa terra farta, megabiodiversa e acolhedora.

O segundo momento da Zona Franca foi alavancado com a criação do PIM que acelerou o processo de migração e expansão da cidade ocasionando graves problemas ambientais a seu espaço urbano, sendo a paisagem dos igarapés e respectivos entornos, as áreas mais representativas do ponto de vista dos impactos socioambientais, como se pronunciam Souza e Oliveira (2003a p. 85):

O processo de ocupação dos igarapés vai sendo também o processo de degradação do meio ambiente, pela ausência de infraestrutura básica de saneamento, transformando-os em espaço agressivo às populações que aí residem.

Estes problemas foram agravados ao longo dos anos mesmo com a expansão das indústrias e o crescimento econômico do PIM. Responsável por 97% do PIB nos dias atuais, o modelo ZFM não vem atendendo às necessidades de infraestrutura nem para a cidade de Manaus nem para as outras cidades do interior do estado. Vale observar que:

... a Zona Franca concentrou a economia do estado em Manaus, onde se arrecada cerca de 98% dos impostos estaduais, além de concentrar mais de 50% da população do Amazonas. As atividades do setor primário sofreram forte diminuição durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. O Amazonas tornou-se grande importador de alimentos. Perto de 94% daquilo que se consome vem de outros estados da federação, encarecendo sobremaneira os produtos de origem agropecuária em função do frete. Importa-se leite, frango, farinha, feijão, arroz e principalmente hortigranjeiros. O êxodo rural acelerou-se, a capital inchou, pulou de 300 mil (em 1970) para aproximadamente 2 milhões de habitantes nos primeiros anos do século XXI. Cresceram a população e os problemas da capital. (CARVALHO, 2010, PP. 193-194).

Quanto à cidade de Manaus objeto principal deste artigo, este problema reflete-se na expansão urbana que incorpora as áreas de preservação ambiental como o bairro do Tarumã situado na Zona Oeste da cidade.

Localizado em importante Área de Proteção Ambiental (APA) de Manaus, no Corredor Ecológico da Amazônia Central e parte do projeto Reserva da Biosfera da Unesco (União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), o território está ameaçado pela expansão silenciosa do Distrito Industrial e do

mercado imobiliário para o bairro do Tarumã segundo reportagem do jornal A Crítica de 17 de maio de 2011.



Figura 2. Ocupantes da área do Tarumã

Fonte: Jornal A Crítica, maio de 2011.

No entorno do Corredor Ecológico das Cachoeiras do Tarumã mais de 23 hectares de área verde foram desmatados nos últimos anos e o Corredor Ecológico do Igarapé Água Branca já perdeu cinco mil metros quadrados de floresta de seu entorno nos últimos meses.

Segundo Juliana Mitoso, presidente da Associação dos Moradores da Rua Caravelle, há cerca de dois anos dezenas de indústrias ou empresas vêm construindo galpões no bairro ao longo da avenida do Turismo, que vai desde a Praia da Ponta Negra até a avenida Torquato Tapajós sem nenhuma licença ambiental.

Ainda segundo o jornal A Crítica de 21 de maio de 2011, este quadro foi agravado com a descoberta pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) de mais uma invasão em área verde no bairro Tarumã. Trata-se da comunidade José Alencar que, iniciada há três meses, já conta com 1.223 famílias configurando-se em mais ou menos seis mil famílias em uma área de 20 mil metros quadrados.

A área ocupada pelo novo bairro pertence a dois empresários e constitui-se como uma Área de Proteção Ambiental (APA) só admitindo construções planejadas

mediante autorização e compensação. Este local é atravessado pelo Igarapé do Mariano, um dos únicos igarapés ainda livre de poluição na cidade, porém palco de constantes conflitos entre os invasores e a Polícia Militar do Amazonas.

Desde o surgimento da cidade, os igarapés sempre tiveram grande importância na vida dos habitantes. Constitutivos da geografia primeira de Manaus, estes cursos d' água povoaram o imaginário e o *modus-vivendis* das pessoas no balanço entre o bem material/imaterial de suas culturas.

Na existência dos habitantes da Manaus índio-cabocla, os igarapés representavam o lugar do trabalho e também o lugar do lazer. Era nos igarapés que se teciam as vidas diante da necessidade da água como meio de saciar a sede, de lavar as roupas e refrescar os corpos em momentos de descontração como nos afirma DIAS (1999, p. 37): [...] A capital do látex adquire nova fisionomia, corrige-se acidentes de terrenos, organiza-se diagrama do nivelamento da cidade a fim de estabelecer normas aos novos projetos de construção, aterra-se igarapés, estes muitas vezes usados como via de comunicação, fonte de abastecimento d' água e local de lazer.

Com o passar dos anos e a criação da Zona Franca de Manaus, estes espaços sofrem novas e irreversíveis alterações, intensificadas como antes exposto, a partir da expulsão dos habitantes das cidades interioranas, ocasionando o fluxo migratório e o adensamento populacional sobre os igarapés ainda existentes na cidade.

Este quadro demonstra um “certo” descaso com as políticas públicas de planejamento e urbanização na cidade de Manaus depois da episódica opulência proporcionada pelos lucros da exploração do látex entre o final do século XIX e o começo do século XX. Neste sentido, a implementação de padrões urbanos vigentes na cidade atribui-se ao então governador Eduardo Ribeiro como assevera Mesquita (2006, p. 143):

Pode-se afirmar que, a partir da administração de Eduardo Ribeiro, a cidade de Manaus adquiriu uma nova feição, sendo ampliada e embelezada. Sem dúvida, a atuação de Ribeiro coincidiu com a fase de maior prosperidade financeira na região, quando a exportação da borracha gerou os maiores índices e o Estado pôde financiar um

grande número de obras para os melhoramentos da cidade, mas com certeza sua liderança política foi decisiva para o progresso de transformação da cidade [...]

O coincidente é que a prosperidade financeira vivenciada na economia da borracha em 1911 com a produção de 44.296 toneladas e divisas na ordem de 24.646.000 libras esterlinas, representando quase 40% das exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR apud OLIVEIRA, 2003a, p. 37) e a economia proporcionada pela criação da Zona Franca de Manaus em 1967 e, mais precisamente, o status econômico de sua produção atual apontando a cidade como responsável pelo 4º PIB na economia nacional, não foram suficientes para inculcar nos administradores estratégias eficazes de planejamento urbanístico incluindo todos os habitantes no espaço da cidade.

Para Oliveira (2003a p. 72) o espaço que se produziu em Manaus no período de 1920 até 1967 reflete a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição, isto é, as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados. Para o autor, o Estado contribui por meio de políticas públicas urbanas para a produção do espaço dicotômico, provendo áreas de reprodução do capital das condições necessárias à sua produção em detrimento de outras. Em decorrência desse processo, as desigualdades sociais se concretizam em desigualdades socioespaciais.

É como se o direito à cidade, manifestado como forma superior dos direitos; direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação (LEFEBVRE apud CARLOS, 1992, p.33) pouco tivesse sido levado em consideração pelos administradores de Manaus onde crescimento da economia e o desenvolvimento urbano não implicaram no aumento da qualidade de vida das pessoas em geral.

A este fenômeno atribuímos a ausência do que foi caracterizado por Wilhelm (2003, p.61 e 62) como planejador cidadão, isto é, o planejador só poderá ser um profissional atuante se o seu envolvimento intelectual e emocional com as coisas da vida lhe der condições para estabelecer conceitos, normas, parâmetros que representam um futuro desejável e proposto [...]. Para que suas recomendações

sejam válidas e implantáveis, é preciso que ele identifique os moventes da vida urbana, os seus fatores geradores; é necessário que conheça o pensamento coletivo, ou pelo menos, suas críticas e expectativas [...] há a necessidade de uma posição ética [...] lúcida quanto ao que se quer (os objetivos) e modesta quanto ao que se pode.

Esta consciência e sensibilidade dariam vida plena às políticas públicas como frutos de co-responsabilização e participação comunitária. Para Bucci (2006, p. 41) os objetivos e instrumentos de realização das políticas pertencem aos programas administrativos (policy designs). Esses definem, em termos jurídicos, os mandatos políticos formulados pelo legislador a título de solução do problema coletivo. Essas normas constituem a fonte de legitimação primeira de uma política pública.

Bucci nos assevera que a idéia de desenho de uma política encontra correspondência, no campo do urbanismo, com o programa urbanístico que orienta as intervenções urbanas, especificamente as obras de arquitetura e engenharia.

A esse respeito, a ausência de programa urbanístico para a cidade de Manaus é denunciada em artigo publicado no jornal A Crítica de 03/06/2011 no viés do levantamento preliminar do IBGE que aponta hoje na cidade 41 áreas de ocupações irregulares, também denominadas de favelas e invasões, como apresentadas nas figuras 3 e 4, em área periférica e na margem de Igarapé:

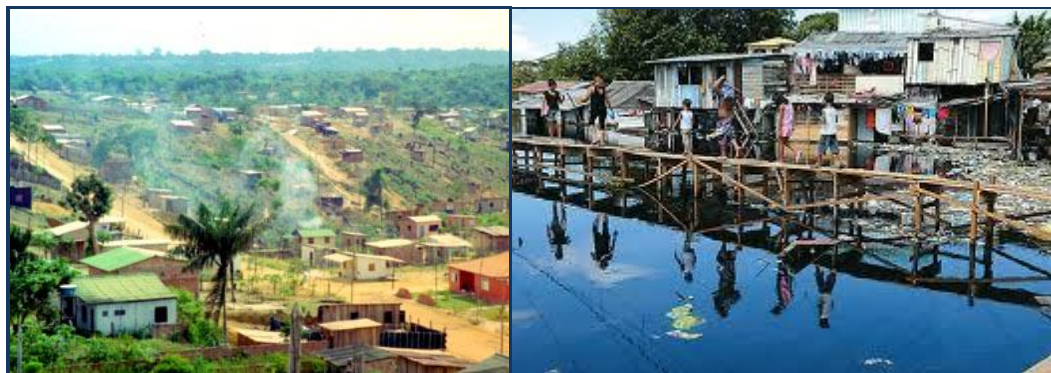


Figura 3. Ocupação em Manaus
Google, 2011.

Figura 4. Ocupação na margem de igarapé
Pedro Martinelli (In Veja, 2009).

Os problemas comuns elencados pela matéria em destaque nas seis zonas da cidade: Norte, Oeste (localização do bairro Tarumã), Leste, Centro-Oeste, Centro-Sul e Sul giram em torno da falta de água encanada, sistema de energia não estruturado e mau armazenamento do lixo produzido (Acrítica, 2 jun. 2011).

O processo de expansão urbana gera conflitos socioambientais e expõe a dialética que se estabelece no confronto entre a economia e as condições de vida da cidade, mas elas também são “símbolos da modernidade e progresso, levando à desruralização da vida urbana”, se considerada a dimensão de micro escala e em termos de urbanização mantém-se à custa da degradação da sustentabilidade global do planeta (LEFF, 2001, p. 288).

A falta de planejamento urbano e de política de habitação enquanto instrumento de inclusão social na cidade de Manaus concorrem para a expansão urbana que ocorre tanto nas margens dos igarapés quanto nas áreas periféricas seguidas por um embelezamento sem significativas repercussões positivas na cidadania dos moradores dessas regiões. O que normalmente o poder público faz é, após as ocupações, um processo de embelezamento, como identificam Costa Júnior e Nogueira (2010, p. 8) ao falar dos igarapés: “eles sempre foram alvos de uma política de embelezamento que removia inúmeras famílias de suas proximidades para bairros longínquos quebrando a relação simbólica e cotidiana das pessoas com os lugares do entorno”. Essas intervenções começam na administração de Eduardo Ribeiro e retomadas ao longo de governos posteriores, dizem os autores.

Esta realidade permite-nos inferir que o modelo de desenvolvimento de Manaus, ainda que tenha contribuído para a preservação de 97% da floresta no estado do Amazonas é tão contraditório quanto o capital que o sustenta, de tal sorte que o crescimento econômico derivado da Zona Franca e do Pólo Industrial de Manaus legitimaram relações de oposição entre a capital e os 61 municípios, entre a área central e a periférica da cidade, promovendo economia insustentável do ponto de vista socioambiental e cultural. A capital do Amazonas é uma cidade entrópica, “o lugar da concentração da produção industrial e da descarga do consumo doméstico; de contaminação pelas funções de transporte e de externalização de custos ecológicos para seu entorno rural”, tomando por empréstimo as palavras de Leff (2001, p. 289), para analisar este espaço.

É mister que se construa junto aos gestores públicos e a população, uma percepção de meio ambiente com suas especificidades bio-geo-físicas e em sua trama sócio-econômico-cultural, cujo sentido é dado por meio do trabalho humano e não restringir tal percepção apenas para a razão instrumental e a lógica de mercado que até apresentam dados matemáticos como benesses do sistema produtivo, a exemplo do PIB de Manaus.

Esse indicador apresenta uma média da realidade econômica, mas ele não computa os incrementos ambientais e sociais requeridos no processo de produção. Para a economista Hazel Henderson o critério da riqueza *per capita* disfarça as desigualdades vigentes, pois a métrica do PIB considera apenas o resultado da atividade econômica sem levar em conta as chamadas externalidades: os custos social e ambiental envolvidos na produção da riqueza. (Apud WOLFART & FACHIN, 2009).

É necessário, portanto, estender o ambiente da cidade não só a seu entorno regional imediato, mas ao ecossistema global planetário, ou seja, recolocar o processo de urbanização na perspectiva da sustentabilidade (LEFF, 2001 p. 61).

Daí surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular estas economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade; isto é, de integrar populações locais num mundo diverso e sustentável.

Encarando este desafio estaríamos superando a visão tecnoburocrática que se estabelece como consciência da realidade econômica que fundamenta e dá corpo ao poder privado e público no sentido de intervir com políticas compensatórias em momentos oportunos e em outros, omitir-se diante de intervenções políticas e econômicas insustentáveis.

Considerações finais

O processo de expansão urbana em Manaus evidencia o contra-senso da ideologia do progresso. Enquanto perdura uma preocupação histórica em se romper com aspectos da ruralidade implementando a indústria como símbolo do progresso e da modernidade. Neste espaço se convive paradoxalmente com as mais avançadas tecnologias e uma grande maioria da população sem acesso as necessidades sociais básicas de sobrevivência.

Mister se faz a criação e implementação de planejamento político-institucionais que considere, em nível macro, a tentativa de estabelecer a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. E em nível micro, um conjunto coerente de medidas capazes de orientar e articular as economias locais com critérios de endogeneidade sustentável. Oxalá Manaus consiga, ainda que sob pressão de organismos nacionais e internacionais nesse período preparatório para a Copa 2014, urbanizar as favelas, investir em saneamento básico, em energia elétrica, segurança e oportunidades de emprego e renda, respeitando a complexidade biogeofísica e socioculturais.

Referências

AGUIAR, Lileane Praia Portela de. Belle Époque: **Dois atos, dois palcos**. Dissertação de Mestrado, PPGSCA, Manaus: UFAM, 2003.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, José B. de. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas**. Manaus: Valer, 2010.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

JESUS, Edilza Laray de. **Educação e desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FACED, 2009.

MANAUS. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **O que é o Projeto ZFM?** Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_principal.cfm>. Acesso em: 23 maio 2011.

MARTINS, Tayana (Censo IBGE). Favelas de Manaus: IBGE registrou 41 pontos de ocupação irregular em Manaus. Grande parte das invasões já virou bairro depois do Prosamin. **A Crítica: Censo IBGE**, Manaus, 03 junho 2011. Caderno Cidades, p. C3.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. Manaus: Valer, 2006.

MONICA PRESTES (Manaus). Tarumã sob Ameaça: Expansão Industrial e Imobiliária. **A Crítica: Meio Ambiente**, Manaus, 17 maio 2011. Caderno Cidades, p. C4.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo Editora, 2003b.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967**. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003a.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia – globalização e sustentabilidade**. 2. ed. Manaus: Valer, 2006.

SCHERER, Elenise Faria (org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

SOUZA, Nilciana Dinely de; OLIVEIRA, José Aldemir de. O Espaço urbano e a produção de moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus: o igarapé do Quarenta. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; DUARTE, Alecrim José; GASNIER, Thierry Ray Jehlen (Orgs.). **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: Edua, 2003. p. 81-116.

VICTOR AFFONSO (Manaus). Tarumã Ameaçado: Comunidade José Alencar, iniciada há três meses em área verde, já tem cerca de seis mil pessoas, alguns até com carro. **A Crítica: Invasão**, Manaus, p. C2. 21 maio 2011.

WILHEIM, Jorge. **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

WOLFART, Graziela; FACHIN, Patrícia. O PIB não mede os resultados em termos de qualidade de vida da população. **REVISTA IHU Online**. 2009. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1639>. Acesso em: 23/8/2010.